

# **Consórcio Intermunicipal Grande ABC Plano Plurianual Regional Participativo 2014-2017**

## **Contribuições para o Debate**

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC reúne os sete municípios do Grande ABC para o planejamento, a articulação, a execução e a gestão de iniciativas, projetos, programas e ações de caráter regional. Formado pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, o Consórcio foi fundado em 19 de Dezembro de 1990. Desde 8 de fevereiro de 2010, a entidade passou a ser o primeiro consórcio multissetorial de direito público e natureza autárquica do país. Nessa data, os prefeitos dos sete municípios instalaram a Assembleia Geral nos moldes do Contrato de Consórcio Público.

O Consórcio foi transformado em órgão público para se adequar à Lei nº 11.107 de 2005, pela qual a União celebra convênios com consórcios públicos. A mudança foi precedida por um Protocolo de Intenções assinado por todos os chefes de Executivo e aprovado pelas sete Câmaras Municipais.

A nova constituição jurídica deu poder para a autarquia firmar acordos entre as administrações e abrir processos de licitação para obras e serviços em benefício dos sete municípios; receber recursos oriundos das esferas federal e estadual, bem como de organismos internacionais, para viabilizar projetos regionais oriundos dos Grupos de Trabalho do Consórcio.

O Consórcio é mantido com recursos oriundos dos municípios, de acordo com suas receitas orçamentárias. As atividades são definidas a partir das diretrizes e projetos aprovados pela Assembleia constituída pelos sete prefeitos dos municípios consorciados. O encaminhamento das deliberações compete à Secretaria Executiva com o auxílio de uma equipe técnica, conselhos gestores de programas específicos e Grupos de Trabalho (GTs) organizados nos sete eixos de atuação do Consórcio:

- Infraestrutura
- Desenvolvimento Econômico
- Desenvolvimento Urbano e Gestão Ambiental
- Saúde
- Educação, Cultura e Esporte
- Assistência, Inclusão Social e Direitos Humanos
- Segurança Pública

### **O Consórcio Intermunicipal Grande ABC e os instrumentos de planejamento**

O atual ciclo de desenvolvimento do país vem sendo impulsionado e sustentado por políticas públicas inovadoras que combinam crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais e regionais. Tais políticas têm como um de seus pilares a recuperação da capacidade do Estado de planejar e agir visando garantir e expandir os direitos da cidadania e a melhoria da qualidade de vida de nossa população.

A elaboração dos Planos Plurianuais (PPA) foi estabelecida pela Constituição Federal de 1988, como principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo e se encontra na mais alta hierarquia do sistema de planejamento de qualquer ente público, razão pela qual todos os demais planos e programas devem subordinar-se às diretrizes, objetivos e metas nele estabelecidos.

O PPA tem a função de estabelecer as diretrizes, objetivos e metas das administrações direta e indireta, bem como a indicação das despesas de capital e correntes, vinculadas aos programas e ações nele definidos, sempre abrangendo um período de quatro anos.

Nesse contexto, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC amplifica a sua histórica tradição de planejamento como método para a construção e consolidação das políticas públicas. Indo além dos processos anteriores de planejamento regional realizados em 2000 e em 2010, a elaboração de um Plano Plurianual Regional (PPA-R) traduz a perspectiva de avaliar cenários, escolher prioridades, traçar diretrizes, definir programas, ações e metas que orientem os investimentos essenciais ao desenvolvimento do Grande ABC, no horizonte de curto e de médio prazos. Ao mesmo tempo, estabelece um processo de planejamento participativo, valorizando o diálogo com a sociedade civil regional em sua execução.

## Um PPA para a nossa região

### CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ABC

| Município             | Área KM <sup>2</sup> | População | IDH   | PIB          |
|-----------------------|----------------------|-----------|-------|--------------|
| Santo André           | 174,9                | 676.407   | 0,835 | R\$ 17,27 bi |
| São Bernardo do Campo | 408,8                | 765.463   | 0,834 | R\$ 35,58 bi |
| São Caetano do Sul    | 15,4                 | 149.263   | 0,919 | R\$ 11,01 bi |
| Diadema               | 30,8                 | 386.089   | 0,790 | R\$ 11,25 bi |
| Mauá                  | 61,3                 | 417.064   | 0,781 | R\$ 7,35 bi  |
| Ribeirão Pires        | 98,8                 | 113.068   | 0,807 | R\$ 1,89 bi  |
| Rio Grande da Serra   | 36,9                 | 43.974    | 0,764 | R\$ 487,3 mi |

Fontes: IBGE 2010, Censo Demográfico 2010; Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD,2000

O território do Grande ABC é uma região industrial de importância histórica e econômica para o Estado de São Paulo e todo o país. Pertence à Região Metropolitana de São Paulo e vive todos os reflexos de fazer parte de um dos maiores aglomerados humanos do planeta. Porém nossa região possui identidade histórica, cultural, econômica e social, o que deve nortear nosso debate e a elaboração de nosso planejamento.

Estão apresentadas aqui algumas das importantes características regionais:

- A Represa Billings banha quase todos os municípios, à exceção de São Caetano e Mauá;

- As principais vias de acesso são as Rodovias Anchieta e Imigrantes, além do Rodoanel, e das rodovias Índio Tibiriçá (SP-031) e Deputado Antonio Adib Chammas (SP-122);

- Uma rede ferroviária (CPTM) que liga quase todos os municípios a São Paulo, à exceção de São Bernardo do Campo e Diadema, integrados por meio do corredor de trólebus Jabaquara-São Mateus;

- O Grande ABC apresenta nível de atendimento de 99,79% com coleta de lixo, 98,29% com abastecimento de água tratada e 93,27% com esgotamento sanitário;

- O nível de cobertura com os serviços de saneamento básico reflete a densidade demográfica (3.085,41 habitantes/Km<sup>2</sup>), enfatizando a importância dos ganhos de escala no atendimento;

- A taxa média de mortalidade infantil é de 11,7/mil (2011), com variação entre 6,9/mil e 14,1/mil, o que posiciona o Grande ABC significativamente abaixo da média nacional (20,5/mil). Isso denota que o atendimento pré-natal e da primeira infância têm melhor posicionamento que as médias nacional e estadual, mas há ainda espaço para melhoria na qualidade do atendimento;

- A população é relativamente jovem: apenas 10,9% da população possuem idade igual ou superior a 60 anos, enquanto 20,8% estão abaixo de 15 anos;

A tendência, entretanto, é de inversão do quadro, pois a taxa de crescimento anual da população é de apenas 0,77%/ano, decrescente, o que projeta tendência direcionada à taxa de reposição populacional dentro das próximas décadas.

## **Nosso planejamento e as esferas de Governo Estadual e Federal**

Os resultados pretendidos com o conjunto das políticas do Governo Federal e Estadual podem ser sintetizados da seguinte forma, considerados alguns dos principais desafios da região:

- Maior integração logística por meio da construção do Rodoanel de São Paulo, obra de suma importância para o Grande ABC, um dos polos de maior concentração de indústrias do país;

- Busca de melhoria da qualidade de vida por meio de investimentos em Mobilidade Urbana;

- Redução de riscos associados a desastres naturais e outros eventos;

- Redução do déficit habitacional e urbanização de assentamentos precários, por meio dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida;

- Redução do déficit de políticas universais em territórios de maior desigualdade.

Dentre as ações regionais encaminhadas ao longo dos últimos anos, e que dialogam com PPA Federal, vale ressaltar:

- Plano de Mobilidade Regional em andamento;
- Plano de gestão de riscos urbanos e ambientais;
- Plano de integração do Sistema Único de Saúde;
- Plano de articulação para o desenvolvimento econômico;
- Planos de Habitação de Interesse Social;
- Políticas sociais aplicadas no território regional;
- Ações compartilhadas no campo da segurança urbana.

### **O PPA Regional Participativo do Grande ABC 2014-2017**

O PPA Regional Participativo tem a função de estabelecer as diretrizes, objetivos e metas comuns entre as sete Prefeituras do Grande ABC, traçando o caminho para as políticas públicas regionais nos próximos quatro anos, de 2014 a 2017. É o documento onde serão definidos os programas e ações que deverão ser implementados pelos sete municípios, por meio do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

O PPA Regional também deverá dialogar com o que está previsto nos Planos Plurianuais Estadual e Federal, para facilitar a obtenção de recursos que viabilizem as propostas debatidas conjuntamente pelos municípios. Isso já vem sendo feito com algumas ações regionais, que devidamente estão articuladas com as propostas federais. Foi assim com o Plano de Investimentos em Mobilidade da Região do ABC, que recentemente recebeu recursos de R\$ 793 milhões do Governo Federal, anunciados em visita da presidenta Dilma Rousseff à região.

Outro exemplo foi a participação do Consórcio na audiência pública visando a confecção da Lei Orçamentária Anual do Estado de São Paulo para o exercício 2014, onde apresentamos de maneira unificada entre os sete municípios mais de 50 emendas em todas as áreas da peça orçamentária estadual, contemplando demandas que alcançam o patamar dos R\$ 8 bilhões. Do mesmo modo, já existem iniciativas e proposições orientadas à captação de novos investimentos, tanto federais como estaduais, em áreas como Saúde, Educação, Desenvolvimento Econômico, Habitação, Segurança Urbana e Inclusão Social.

### **Metodologia da realização do PPA**

#### **Quem participa do PPA Regional**

Todos os moradores e moradoras podem participar das Plenárias do PPA Regional Participativo, que serão realizadas em cada uma das sete cidades do Grande ABC.

#### **Como funciona o PPA Regional**

Nas plenárias, a população discutirá quatro grandes Desafios da região. Esses Desafios estão subdivididos em diferentes Temas, que serão objeto da proposição de Diretrizes prioritárias.

Outra possibilidade de participação será por meio da Consulta Pública feita por intermédio do site da entidade ([www.consortioabc.sp.gov.br](http://www.consortioabc.sp.gov.br)), que ocorrerá no período de 06 de setembro a 10 de outubro de 2013. Após estes momentos de participação da sociedade e sistematização das propostas, as diretrizes prioritizadas serão analisadas e aprovadas em Assembleia dos Prefeitos realizada no Consórcio. O documento final deverá ser publicado durante o mês de dezembro.

### **Propostas para serem debatidas e discutidas no PPA Regional**

Desafio 1 – Melhorar a Infraestrutura Regional

Temas Prioritários: Mobilidade Urbana Regional; Drenagem Urbana.

Desafio 2 – Promover o Desenvolvimento Urbano e a Qualidade da Gestão Ambiental

Temas Prioritários: Resíduos Sólidos; Riscos Urbanos e Ambientais; Habitação; Segurança Urbana.

Desafio 3 – Fomentar o Desenvolvimento Econômico Regional

Temas Prioritários: Diversificação e Inovação Tecnológica; Turismo.

Desafio 4 – Assegurar a Inclusão Social e promover os Direitos Humanos

Temas Prioritários: Saúde; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Políticas Sociais e Afirmativas.

## **Contribuições dos Grupos de Trabalho do Consórcio Intermunicipal Grande ABC ao debate**

Com o objetivo de apoiar o processo de planejamento regional participativo, conforme previsto no artigo 5º da Resolução 03/2013, segue abaixo um conjunto de proposições oferecidas ao debate pelos Grupos de Trabalho do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

### **1) DESAFIO: INFRAESTRUTURA REGIONAL**

#### **TEMA: MOBILIDADE URBANA REGIONAL**

1. Desenvolver ações para ampliar o respeito ao pedestre no trânsito;
2. Ampliar o uso do modal cicloviário através de ciclofaixas de lazer, projeto de bicicletas públicas e Plano Cicloviário Regional;
3. Efetivar as ações compartilhadas de Operação de Trânsito nos principais corredores da região, com regulamentação de estacionamento nas principais vias;
4. Discutir a regulamentação de circulação de carga em conjunto com a Região Metropolitana de São Paulo;
5. Criar um Centro de Controle Operacional Regional;
6. Discutir e avançar na implantação de medidas de restrição ao uso do automóvel;
7. Padronizar a regulamentação de serviços de táxi e transporte escolar na região;
8. Viabilizar a implantação de obras para priorização do transporte coletivo na região;
9. Viabilizar a integração modal operacional e tarifária, em caráter regional e metropolitano;
10. Racionalizar as redes de transporte coletivo municipais e metropolitanas;
11. Criar um sistema de informações sobre mobilidade integradas na região.

#### **TEMA: DRENAGEM URBANA**

1. Reduzir as áreas crônicas de enchente na região com a adoção de medidas estruturais;
2. Implantar e acompanhar as ações previstas no Plano Diretor de Macrodrenagem do Estado;
3. Garantir a operacionalização e manutenção do Sistema de Macrodrenagem, em parceria com o Governo Estadual;
4. Investir em programas de renaturalização dos rios e córregos.

### **2) DESAFIO: DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO AMBIENTAL**

## **TEMA: RESÍDUOS SÓLIDOS**

1. Adotar solução regionalmente integrada para os resíduos sólidos com a adoção de tecnologias para o tratamento e disposição final ambientalmente adequada, seguindo os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
2. Ampliar a coleta seletiva, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos na região;
3. Adotar medidas de educação ambiental para a conscientização da população;
4. Otimizar as ações de controle e fiscalização de descarte irregular de resíduos na região.

## **TEMA: RISCOS URBANOS E AMBIENTAIS**

1. Elaborar o Plano de Contingência Regional para os períodos de chuvas de natureza regional (Plano Preventivo de Defesa Civil Regional);
2. Implantar e operar o Sistema de Alerta nas áreas de Risco;
3. Erradicar moradias em áreas de risco R4 (risco muito alto) e R3 (risco alto);
4. Criar a Central de Monitoramento Regional;
5. Elaborar cartas de suscetibilidades dos municípios;
6. Elaborar cartas geotécnicas de aptidão à ocupação;
7. Constituir a plataforma regional de gestão de riscos;
8. Estruturar e qualificar as equipes municipais de Defesa Civil;
9. Criar e ampliar os NUPDECs – Núcleos de Proteção e Defesa Civil;
10. Efetivar a aplicação da lei 12.608/12 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil) nos municípios, inclusive quanto à adoção da classificação das sub-bacias e microbacias da região;
11. Realizar estudo das perdas e danos causados por desastres;
12. Apoiar a estruturação de um sistema de fiscalização de áreas vazias, incluindo as áreas de mananciais e aquelas de proteção ambiental.

## **TEMA: HABITAÇÃO**

1. Ampliar a produção de novas moradias;
2. Requalificar moradias e espaços urbanos;
3. Urbanização de favelas e assentamentos precários;
4. Ampliar a regularização fundiária de interesse habitacional;
5. Implementar o saneamento ambiental em áreas de mananciais e efetivar a implantação dos Programas de Recuperação de Interesse Social;
6. Implantar programa de fiscalização integrada das ocupações nas áreas de mananciais (APRM-Billings, Lei Estadual n.º. 12.579/2009 - Lei Específica da Billings).

## **TEMA – SEGURANÇA PÚBLICA**

1. Aumentar o efetivo da Polícia Civil na região;
2. Aumentar o efetivo da Polícia Militar na região;
3. Criar o Sistema Integrado de Portais de Monitoramento;
4. Constituir o Centro de Formação Regional das Guardas Cívicas.

### **3) DESAFIO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL**

#### **TEMA: DIVERSIFICAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**

1. Implementar o Programa Regional de Qualificação Profissional;
2. Programa regional de fortalecimento empresarial;
3. Implementar e ampliar a configuração do polo tecnológico no Grande ABC;
4. Implementar o desenvolvimento econômico sustentável;
5. Programa de infraestrutura para o desenvolvimento econômico do Grande ABC;
6. Identificar alternativas de desenvolvimento e manejo sustentável nas áreas de proteção aos mananciais, compatíveis com a conservação ambiental.

#### **TEMA: TURISMO**

1. Criar identidade visual e promover a sinalização turística da região;
2. Criar roteiros turísticos regionais;
3. Fortalecer o turismo cultural;
4. Adequar e regularizar os equipamentos turísticos;
5. Aumentar a qualidade dos serviços e produtos turísticos na região, por meio de ações focadas na qualificação de pessoas e de empreendimentos.

### **4) DESAFIO: INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

#### **TEMA: SAÚDE**

1. Implantar as Redes Regionais de Atenção à Saúde no Grande ABC: Rede Cegonha, Urgência e Emergência, Atenção Psicossocial, Atenção à Pessoa com Deficiência, Doenças Crônicas Degenerativas;
2. Celebrar o Contrato Organizativo da Ação Pública (COAP), que estabelece diretrizes para o sistema regional de saúde do Grande ABC e as responsabilidades de cada um dos entes federados, inclusive no que tange ao financiamento do sistema de saúde;
3. Reestruturação da atenção hospitalar em âmbito regional, em parceria com Estado e União, visando à:



- Implantação de serviço de referência regional de politrauma e neurotrauma no Hospital Estadual Mário Covas;
- Conclusão das obras e implantação do Hospital de Clínicas de São Bernardo do Campo;
- Reforma e ampliação do Hospital Municipal Universitário (SBC)/Hospital da Mulher;
- Construção do Hospital de Urgência para substituição do Pronto Socorro Central de SBC;
- Implantação da Unidade de Radioterapia Pública do Hospital de Ensino (SBC);
- Conclusão das obras e implantação do Hospital de Ribeirão Pires;
- Reforma e reestruturação do Hospital Radamés Nardini;
- Reforma e ampliação do Complexo Hospitalar de Santo André;
- Reforma do Hospital Municipal de Diadema;
- Construção de Hospital Materno-Infantil em Rio Grande da Serra;

4. Implantar um hospital regional de retaguarda, com 250 leitos de cuidados prolongados, sob gestão do Governo Estadual, destinado a pacientes crônicos e cuidados paliativos;

5. Ampliação do acesso e da resolutividade dos serviços de referência especializada sob gestão da Secretaria de Estado da Saúde para a realização de consultas médicas especializadas, exames e cirurgias eletivas no Hospital Estadual Mário Covas, Hospital Estadual de Diadema (Serraria), no AME-Santo André e AME-Mauá;

7. Empreender esforços para que o Governo Estadual amplie o número de polos/farmácias de dispensação de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica;

8. Pactuar com o Governo Estadual referências para áreas críticas na alta complexidade: cirurgia cardíaca neonatal, ortopedia de alta complexidade, rede oncológica e hematologia;

9. Implantação de Centros de Especialidades em Reabilitação em Santo André, São Bernardo, Diadema e Mauá;

10. Qualificar a atenção básica em todos os municípios do Grande ABC, com a construção e reforma de UBSs, aquisição de equipamentos, informatização e expansão da Estratégia Saúde da Família;

11. Realizar cursos de formação, capacitação e desenvolvimento dos trabalhadores da área da saúde que atuam nos serviços de urgência e emergência, na atenção básica e nas atividades de regulação e controle;

12. Organizar e qualificar os complexos reguladores municipais e promover a integração destes com a Central de Regulação Estadual a partir da pactuação regional, para melhoria do acesso e da equidade dos usuários do Grande ABC.

## **TEMA – EDUCAÇÃO/ CULTURA/ ESPORTE**

1. Elaborar Plano Regional de melhoria da qualidade da educação;
2. Aprimorar o atendimento da primeira infância e os protocolos regionais de atendimento das crianças de 0 a 3 anos;
3. Ampliar o atendimento do Governo do Estado em educação fundamental;
4. Aprimorar as iniciativas de educação integral na região;
5. Rever os mecanismos de financiamento à educação nos municípios;
6. Ampliar e qualificar o atendimento regionalizado da educação especial, em parceria com Estado e União;
7. Ampliar e qualificar o atendimento na educação de jovens e adultos;
8. Criar políticas de preservação, recuperação e divulgação do patrimônio material e imaterial das sete cidades;
9. Realizar o censo cultural regional;
10. Capacitar gestores, produtores e mediadores culturais;
11. Consolidar ações permanentes de intercâmbio cultural;
12. Ampliar o acesso ao livro e à leitura, inserindo a região no circuito das feiras bienais do livro;
13. Formular o Plano Regional de Cultura e instituir o Fundo Regional de Cultura;
14. Identificar espaços para realização de ações culturais integradas de grande porte nas sete cidades;
15. Criar e consolidar o festival anual de cultura do Grande ABC, com impacto nacional e internacional;
16. Estimular a produção cultural própria e o florescimento da qualidade artística de expressão local;
17. Investir e incentivar as modalidades esportivas, tanto amadoras quanto dos esportes de competição.
18. Ações esportivas voltadas especificamente para a terceira idade.

## **TEMA: POLÍTICAS SOCIAIS E AFIRMATIVAS**

1. Ampliação da rede social de apoio às pessoas idosas, via programa de acolhimento para idosos acamados;
2. Articulação para o aumento do co-financiamento de assistência social através da implantação de um piso social;
3. Empreendimento de esforços para a implantação de uma rede regional de atendimento às pessoas em situação de rua;
4. Articulação para a implantação de um CREAS Regional na região de Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires e Santo André (Parque Andreense e Paranapiacaba);
5. Projeto para identificação dos bolsões de miséria no Grande ABC para inserção nos programas de transferência de renda do Estado;
6. Fortalecimento da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, contemplando o abrigamento e desabrigamento no Programa Casa Abrigo Regional Grande ABC;
7. Articulação para que a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, seja cumprida pelas Delegacias de Defesa da Mulher (DDM);

8. Acesso à assistência jurídica para mulheres em situação de violência doméstica;
9. Empreendimento de esforços para a realização de curso para gestores sobre políticas públicas para LGBT e Gênero;
10. Estímulo às políticas públicas voltadas à temática do tráfico de pessoas;
11. Articulação para implantação do Centro de Referência Regional para a população negra e indígena;
12. Fortalecimento institucional das Políticas Públicas de Juventude;
13. Fomento do controle social na gestão pública regional;
14. Promover levantamentos/atualizações de informações e dados pertinentes ao mercado de trabalho e à economia solidária da Região do ABC quanto à qualificação profissional, às famílias ocupacionais mais afetadas pelo desemprego (RAIS/CBO) e respectivas regiões, com a criação do Observatório Regional do Trabalho e Emprego;
15. Desenvolver a economia solidária na região;
16. Destacar oportunidades de geração de renda a partir de alternativas sustentáveis.